



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
DESENVOLVIMENTO E  
INCLUSÃO SOCIAL



## **Inclusão: respeito às diferenças, igualdade de direitos e equidade** **Lô Galasso**

Mergulhar num bom livro é uma experiência. Já começa antes do começo, na vertigem do salto sem cordas ou rede, terra firme livro adentro; segue na suspensão da dúvida que, por mais leve, estremeça a trama; nos sustos ou no soco dos mal-assombramentos, reais ou inventados; no gozo das ousadias, no frisson de pescar invisibilidades – clarividências em trans-águas lúcidas.

Há ainda o gosto do exílio breve, das costas voltadas às exigências do mundo, o prazer do raro silêncio, da solidão (parcial) – porque todo mergulho é feito em companhia. E o melhor: a experiência não termina nunca, porque depois de um livro vem outro, outro, outro...

Ler é também experiência transformadora. Se a vida é uma narrativa, ler nos ajuda a escrevê-la melhor – compreender o perfil dos personagens, ler os fatos, interpretar versões, “sacar” os cenários mutantes das nossas circunstâncias. Ajuda-nos a reinventar nosso próprio estilo – argamassa de singularidade com a qual, em silêncio ou com estardalhaço, juntamos blocos de experiência e desejo, conhecimento e escolhas, afetos e sonhos. Nosso mestre-de-obras vibra, a cada livro, com a inauguração de mais uma laje ou torre ou porão no nosso mundo interior.

Ler também nos conecta às antenas do mundo. Lendo, aprendemos a enxergar o que parece simples em sua complexidade, a reconhecer em certas simplicidades riquezas essenciais. Por exemplo, a simplicidade da convivência, das relações baseadas no afeto e no respeito mútuo, da solidariedade, da cooperação, da conduta ética e transparente.

Nas últimas décadas, as antenas do mundo têm-se conectado de forma crescente à necessidade de formular e viabilizar políticas, leis, programas e serviços voltados para a inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

O conceito de pessoas com necessidades especiais engloba todas as pessoas em condições sociais, físicas, emocionais, sensoriais e intelectuais diferenciadas. Aí se incluem tanto as pessoas portadoras de deficiência como as superdotadas, aquelas com dificuldades de aprendizagem, os portadores de condutas típicas (por exemplo, os hiperativos) e também os desfavorecidos e marginalizados [Unesco, 1994].

Já o conceito de pessoa com deficiência refere-se ao indivíduo que tenha reduzidas,

limitadas ou anuladas as condições de mobilidade ou percepção das características do ambiente em que se encontra [ABNT/CB 40/NBR 9050]. Em nosso país, as pessoas com deficiência somam 24,5 milhões [Sicorde, 2005].

O paradigma da inclusão social, que hoje mobiliza esforços em todo o mundo, consiste em "tornar toda a sociedade um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e inteligências na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades" [Wikipédia, 2005].

Note-se na definição acima a presença clara tanto da diversidade (pessoas de todos os tipos e inteligências) como da igualdade (o direito igual de todas as pessoas à convivência e à realização de seus direitos, necessidades e potencialidades).

Mas, além do respeito às diferenças e da igualdade de direitos, o conceito de inclusão pressupõe a equidade. Tendo em vista as diferenças existentes entre os indivíduos, alcançar a igualdade presume colocar à disposição das diferentes pessoas e inteligências as condições de acessibilidade e apoio de que necessitem para desenvolver e exercer a cidadania, tão plenamente quanto possível.

No que diz respeito às pessoas portadoras de deficiência, a garantia da igualdade de oportunidades exige, por exemplo, a eliminação de barreiras que limitem ou impeçam o desenvolvimento integral e o exercício da cidadania dessas pessoas. Tais barreiras podem ser: atitudes, como o preconceito; aspectos relativos à acessibilidade física, como a ausência de rampas ou de guias rebaixadas para a circulação de pessoas em cadeira de rodas; aspectos relacionados à acessibilidade digital, como a falta de acesso à tecnologia da informação e da comunicação; barreiras de caráter pedagógico, como falta de treinamento adequado para professores, falta de recursos e materiais de apoio, etc.

Quanto à primeira barreira apontada, o preconceito pode ser combatido se houver maior convivência entre as pessoas com deficiência e as sem deficiência. A inclusão dos portadores de deficiência nas escolas regulares certamente operará nesse sentido. A Rede Saci, portal ligado à Universidade de São Paulo que visa a facilitar o acesso à informação e à comunicação das pessoas com deficiência, afirma que "as escolas regulares, seguindo orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos" [Saci, 2005].

Em suma, para ser inclusiva, a educação deve basear-se no reconhecimento das diferenças individuais e no respeito por elas; na busca de valores e práticas comuns; na convivência com a diversidade como sinônimo de interação e inclusão; na valorização da pessoa, com a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa portadora de deficiência buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania; na garantia de acesso e permanência (a modernização da escola, o aperfeiçoamento do corpo técnico-pedagógico, a apropriação do saber por parte da totalidade dos alunos) [Senac, 2002].

Na sociedade brasileira, observa-se uma gradativa incorporação dos conceitos apontados paralelamente à disseminação do conceito de "responsabilidade social". Em muitas empresas e instituições, notam-se esforços progressivos no sentido da adaptação de ambientes físicos, rotinas de trabalho e relações interpessoais, de forma a incluir as pessoas portadoras de deficiências.

Há muito a caminhar, porém. E cobrar o cumprimento das leis já existentes é um direito e um dever de todos.

Na esfera educacional, embora a legislação preveja a inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas regulares, de modo geral esse processo não se faz acompanhar da necessária infra-estrutura de apoio. Em decorrência desse fato, e com raras exceções, os professores que acolhem alunos portadores de deficiência na rede regular de ensino acabam tendo de lidar com seu próprio desamparo e despreparo, apostando na criatividade e na capacidade de improvisação.

Nosso país está aí, à espera de nossos passos, de nossas mãos dadas, de nossas mangas arregaçadas... Certamente ele agradecerá toda luta por formar cidadãos cuja conduta, nas esferas privada e pública, pautem-se pela ética, pela cooperação, pela solidariedade e pelo respeito à dignidade e às diferenças de todos os indivíduos.

---

**Lô Galasso** é graduada em Ciências Sociais pela PUC-SP e doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. É professora convidada da Faculdade de Medicina da USP e da Fundação Instituto de Administração da FEA-USP. É autora de *Ser mãe é sorrir em parafuso* (Ática, 1994), *Viagem pelo ombro da minha jaqueta* (Ática, 1995), *História cabeluda*, em co-autoria com Maria Lúcia Mott (Scipione, 1997), *Mãos de vento e olhos de dentro* (Scipione, 2002) e *O trampo, a saúde, o futuro... - trabalho dos adolescentes - Problemas e caminhos para uma vida melhor* (Faculdade de Saúde Pública da USP, 2005).

## Referências

### **ABNT**

[www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)

**REDE SACI.** *Observatório de Práticas Inclusivas na Educação.*

Disponível em: [www.saci.org.br](http://www.saci.org.br)

(acesso em 31 de outubro de 2005).

**SENAC DN.** *Deficiência e competência: programa de inclusão de pessoas portadoras de deficiência nas ações educacionais do Senac* (Joana Botini; Paulo Bruno; Sandra Brandão). Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2002.

**SICORDE** (Sistema Nacional de Informações sobre Deficiências). *Censo 2000*. Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência).

Disponível em:

[www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/principal.asp](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/principal.asp)

(acesso em 28 de outubro de 2005).

**UNESCO** (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial*. Brasília: Unesco, 1994.

**WIKIPÉDIA.** Verbetes *inclusão social*.

Disponível em: [www.pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org)

(acesso em 31 de outubro de 2005).